

Ciclo da Redundância

Depois de penar no limbo dos caloteiros, pela reação dos governos credores e intuições financeiras internacionais às moratórias de 87 e 88, o Brasil conseguiu aparar as arestas em relação à dívida externa e obteve um acordo com salvaguardas bastante favoráveis para a renegociação dos US\$ 54 bilhões devidos a 600 bancos credores.

A reaproximação com a comunidade financeira foi conseguida na gestão Marcílio Marques Moreira, mediante paciência e competência do negociador Pedro Malan. Começando pelos organismos multilaterais, FMI e Clube de Paris, as negociações resultaram na solução da dívida fluutuante. As salvaguardas do acordo, com seis opções para os credores converterem os antigos contratos (o principal acumulado desde 1983, e parte dos juros ainda referentes a 1988), foram analisadas no Senado e elogiadas na comissão presidida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). As salvaguardas isentam o Brasil de pagamentos no caso de não serem alcançadas metas de ordem fiscal, ou na hipótese de alta dos juros.

As moratórias agravaram o empobrecimento nacional, pelo bloqueio dos canais de financiamento externo, mas a economia com a interrupção dos juros não reequilibrizou as finanças públicas. Tal percepção levou a sociedade à consciência de que a dívida externa contribuiu para agravar a crise dos anos 80, sem ser no entanto a sua causa determinante.

A percepção — pelo Executivo e o Congresso — de que não há futuro para um país em divórcio com a comunidade financeira internacional foi saudada, aqui e lá fora pelas cabeças mais lúcidas e empenhadas na recuperação dos estragos causados pelas moratórias não apenas na credibilidade do governo brasileiro, mas, principalmente, na possibilidade do setor privado vir a liderar a retomada da economia.

A incapacidade financeira do setor público transfere ao setor privado o papel mais importante na retomada dos investimentos e do emprego no país. Só através de amplos canais de comunicação financeira, comercial e tecnológica com o melhor do Primeiro Mundo, o setor privado brasileiro

poderá se equipar, tornar-se mais eficiente e competir em igualdade de condições com as multinacionais mais modernas. Os resultados obtidos pelas empresas estatais com bom conceito internacional e o setor privado (bancos e empresas) que lançaram títulos e captaram recursos no exterior provam as vantagens da abertura.

Entretanto, o mesmo descompromisso com o futuro país — que estimulou, em Brasília, o equívoco das moratórias e costuma empurrar o Legislativo e o Executivo a gastarem descontroladamente na ilusão de que rombos fiscais podem ser cobertos impunemente com a emissão de dinheiro ou com o assalto ao bolso do contribuinte, através de mais impostos — procura emperrar no Senado a aprovação do acordo da dívida externa, com a solicitação de novas salvaguardas.

O inspirador desse verdadeiro pleonasmo nos negócios externos é o senador Eduardo Suplicy, representante paulista do PT no Senado, que sonha com o impossível. Os problemas reais são de ordem interna. A dívida é um percalço, embora seja uma questão pequena demais para interromper a reaproximação do Brasil com o Primeiro Mundo. O isolamento da moratória não resultou em progresso para nenhum país.

A queda da cotação dos títulos brasileiros em Nova Iorque tem mais a ver com o temor da volta de decisões equivocadas e contrárias às diretrizes de uma sadia economia de mercado, conectada com o Primeiro Mundo, do que com a saída do deputado Gustavo Krause da Fazenda. O mundo dos negócios acompanhava as providências modernizadoras do Brasil, se assustou ao verificar que nem o acordo da dívida, então tido como questão resolvida, está garantido.

Com a mesma presteza com que determinou ao ministro do Planejamento, Paulo Haddad, garantir que nada muda na economia, descartando a idéia de prefixação de preços e salários, o presidente Itamar Franco poderia esclarecer oficialmente a posição brasileira na dívida.